

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.501.086 - RS (2019/0133813-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : BANCO RCI BRASIL S.A  
**ADVOGADOS** : RODRIGO FRASSETTO GÓES - RS087537A  
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI - RS074909A  
PAULO CESAR DA ROSA GOES - MG148467  
ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO - AM001234A  
**AGRAVADO** : ANDERSON SALDANHA FAGUNDES  
**ADVOGADO** : EDSON ALFREDO SCHMITZ E OUTRO(S) - RS073097

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por BANCO RCI BRASIL S.A contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. SUSTAÇÃO DA LIMINAR. DEMONSTRADO, PELO ARRENDATÁRIO, QUITAÇÃO ANTECIPADA DA PARCELA ALEGADAMENTE INADIMPLIDA.

Demonstrada pelo réu/recorrido o pagamento antecipado da parcela dita como inadimplida na notificação extrajudicial. Não restou comprovada pela instituição financeira o alegado estorno, em prol do réu, do valor da indigitada parcela.

Descabimento de imposição de sanção de litigância de má-fé ao agravante e seu patrono, tampouco arbitramento de verba sucumbencial.

Mantença da decisão agravada.

NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a

qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito” (AgInt no AREsp n. 1.351.487/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018).

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

